

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Caroline Gonçalves Coutinho Gomes

Um estudo sobre a relação universidade e sociedade civil:
o que a sociedade espera de nós?

Orientação: Fátima Mello

Rio de Janeiro
2019.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Caroline Gonçalves Coutinho Gomes

**Um estudo sobre a relação universidade e sociedade civil:
o que a sociedade espera de nós?**

Orientação: Fátima Mello

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

2019.2

A todos que acreditam no valor da educação.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a meus pais, Paula e Sebastião, por sempre acreditar em mim, mesmo nas horas em que eu mesma duvidei da minha capacidade. Vocês são a minha base. Tenho orgulho em ser filha de pessoas tão maravilhosas. Agradeço a minha irmã, Camila, por sempre estar ao meu lado e cuidar de mim em todos os dias da minha vida.

Também reservo uma parte desses agradecimentos a todos os meus familiares por serem tão compreensíveis em relação às minhas ausências nas nossas reuniões em Juiz de Fora e Conselheiro Pena durante esses anos de graduação. Nesta esfinge, coloco um agradecimento especial a minhas amadas primas. Obrigada por me motivarem a estudar.

Agradeço ao meu amor, Dudu. Entre cafunés e revisões de meus textos, sua presença me deu leveza para concluir este trabalho. Obrigada por estar ao meu lado, querido. Agradeço a Nossa Senhora por sempre me guardar com o seu Manto Sagrado e ser a luz que me guia nesta vida.

Aos meus queridos amigos: Eduardo, Clara, Ana Gabi, Ana Luísa, Izabela, Dani, Taísa, Mari Holst e Yasmin, obrigada por darem luz aos meus dias tristes nesta Pontifícia com brincadeiras, desabafos e carinhos. Vocês ressignificaram o que era o conceito de amizade para mim. Agradeço, especialmente, à Louise. Nossos cafés e conversas me fizeram refletir sobre a vida e, diversas vezes, esses encontros foram a energia necessária para cumprir minhas obrigações. Obrigada por nunca ter ido – totalmente - embora.

Agradeço a minha amiga genial Mariana. Uma das minhas maiores sortes foi me sentar ao seu lado no Meu Primeiro Dia da PUC. No meio de uma tempestade, fiz a minha primeira amiga neste lugar e me senti um pouco menos insegura. Sei que sempre posso contar com você e espero que sinta o mesmo por mim. Agradeço a minha querida Camilla. Sua ajuda técnica e emocional me deu o estímulo para construir este belo trabalho. Obrigada

por me mostrar o quão incrível e, principalmente, possível é seguir a carreira acadêmica. Sinto que publicaremos coisas maravilhosas juntas.

Fora da PUC, a amizade que permaneceu em minha vida foi com você, Luísa. Este trabalho também é seu. Sou extremamente grata pelo seu apoio incondicional e por sempre se animar com minhas conquistas. Me animarei da mesma forma – ou até mais- quando você escrever seu TCC, pois sei que este será brilhante assim como você.

Com isso, agradeço também aos queridíssimos amigos: Carole, Caroru, Ricardinho, Luz, Neves, Bárbara, Camel e Nath. Vocês são muito fofos. Obrigada por vibrarem a cada retorno positivo, os quais recebi ao longo da escrita deste trabalho. Nossas saídas aos sábados foram a válvula de escape do peso das responsabilidades. E, por falar em responsabilidades, obrigada, Lúcia, minha querida terapeuta. Nossos encontros semanais me deram a sustentação necessária para completar esta graduação, obrigada por permitir que a coragem em mim se aflore. Saúde mental, sempre.

Agradeço minhas sábias e gentis orientadoras, Fátima Mello e Paula Cruz. Cada palavra e recomendação suas pavimentaram este trabalho. Meu agradecimento especial à Paula Cruz, que, por restrições institucionais, não pode ser oficialmente minha co-orientadora. Obrigada por ter sido minha mentora durante o estágio no Brics Policy Center. Nossas conversas me proveram as ideias basilares para escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso, dedico, especialmente, as recomendações realizadas as agências governamentais a você.

Agradeço a minha segunda leitora, Paula Sandrin. Suas aulas fizeram meus olhos brilharem. Obrigada por me apoiar e sempre estar disposta a ajudar. Agradeço também ao corpo docente do IRI, em especial, Paulinho, Sérgio Veloso, Manu, Diego e Luciana. Vocês são geniais. Obrigada por me ensinarem a questionar tudo. Dedico todo o meu carinho ao IRI. A filosofia desta instituição me conquistou e me permite estar em constante construção. Sinto-me neste lugar, enfim, em casa.

Agradeço imensamente aos ativistas contribuintes deste trabalho. Obrigada Thainã, Thalys, Inês, Bianca, Ana Cláudia, Nicole, Mithaly, Fransérgio e Pedro Paulo. Grande parte das ideias presentes aqui são suas, eu apenas fui o fio condutor entre elas. Espero que nos encontremos em diversos momentos nesta jornada por um mundo mais justo e igual.

Por fim, agradeço imensamente a Mayara Maciel. Seus comentários bem estruturados e provocantes nas aulas de Identidades e Categorias Identitárias fomentaram a escrita deste trabalho. Obrigada por ter reservado um tempo do seu dia corrido para nós conversamos. Digo a você que, neste documento, eu tentei ao máximo ser uma provedora do caos.

Inusitadamente, agradeço as queridas meninas do Mega Matte. Vocês são um amor. A maneira gentil e alegre de nos atender criou, para mim, um ambiente seguro e agradável para escrever enquanto bebia um delicioso café. Desejo muita felicidade a vocês!

Depois dessas sinceras palavras, sinto-me capaz em mostra-lhes este trabalho. Mais uma vez, obrigada e boa leitura!

Resumo Executivo

O presente trabalho apresenta a então relação entre universidade e sociedade civil como uma problemática, especialmente, no que tange a ausência de saberes extra científicos na produção acadêmica. Deste modo, apresento como esse cenário é sustentador de uma estrutura violenta e desigual, pois a não entrada de outros conhecimentos dentro da universidade implica na observação de certas categorias de indivíduos, meramente, como objetos de pesquisa. Isso, portanto, é uma condição para não sabermos os anseios fidedignos de uma comunidade, e, como consequência, a não formulação de políticas públicas efetivas. Diante desta questão, o trabalho exemplifica projetos de maior proximidade entre universidade e sociedade civil, em que a segunda passa a ser percebida como co-pesquisador e não apenas um receptor passivo dos saberes acadêmicos. Deste modo, há a valorização da comunidade e o reconhecimento deste ator como produtor de conhecimento. Ao final, o trabalho apresenta recomendações e considerações finais, as quais dissertam sobre possíveis ações a serem tomadas para contornar a problemática exposta a fim de construirmos saberes com funcionalidade às minorias.

Palavras-chaves: epistemologia; conhecimentos; minorias; decolonial; políticas públicas e justiça social.

Sumário

1. Introdução.....	9
2. Relação sociedade e academia.....	16
2.1 A missão social da universidade: um conceito a ser questionado.....	16
2.2 A perspectiva de Paulo Freire.....	18
3. A produção de conhecimento: epistemologia.....	24
3.1 A forma dominante do saber.....	24
3.2 Perspectivas dos movimentos sociais.....	28
4. Nem tudo está perdido: a busca por uma academia democrática.....	37
4.1 Dos movimentos sociais.....	37
4.2 Das parcerias de cooperação: universidade e sociedade.....	41
5. Recomendações.....	47
5.1. Às universidades.....	48
5.2. Aos movimentos sociais.....	50
5.3. Às agências governamentais.....	51
6. Considerações Finais.....	53
7. Referências Bibliográficas.....	55

1. Introdução

O presente trabalho problematiza o então diálogo existente entre universidade e sociedade. Nesse sentido, partirei da seguinte premissa: existe um canal de comunicação entre a academia e sociedade civil, todavia, este se dá de maneira deficitária e equivocada. Visto que há um certo consenso a respeito da ausência de funcionalidade dos conhecimentos produzidos na universidade (SOCIAIS, 2019), esta característica será profundamente discutida ao longo deste trabalho. Ademais, questiono aqui também a forma como o saber científico é colocado, pois o rigor acadêmico prejudica a expansão e a participação comunitária nos conhecimentos produzidos dentro dos nossos muros. Dessa forma, observamos toda uma produção estagnada e incapaz de ser instrumentalizada para ajudar na verdadeira emancipação dos corpos.

A partir da problemática exposta acima, partirei à discussão e esta se prolongará baseada na seguinte pergunta: O que a sociedade espera de nós? Esse "nós" é definido como a Universidade e a produção acadêmica. Assim sendo, busco trabalhar as percepções e expectativas acerca do conhecimento produzido nestas instituições, ou seja, procuro compreender o quão auxiliar à sociedade são os saberes científicos produzidos, visto que esta é segmentada em diversos grupos - uns mais ou menos minoritários - cada qual com suas demandas internas. De maneira geral, este trabalho está mais concentrado na indagação sobre a capacidade da universidade em cooperar na emancipação de grupos sociais estruturalmente subalternos.

Em termos de metodologia, este trabalho contará com um alinhamento teórico às perspectivas expostas por Boaventura de Santos Souza (2010) e Paulo Freire (1985) para analisar a relação entre a instituição universitária e a sociedade civil. Diante do escopo da pesquisa, decidi me aproximar da sociedade através do contato com movimentos sociais, dado que entendo a militância política como uma das melhores formas de entrar em contato com as esperanças e anseios que assolam uma comunidade. Para isso, trabalhei, sobretudo, com diagnóstico de ativistas - por meio de entrevistas - para com as

universidades, ou seja, o ponto deste trabalho é compreender a posicionamento desses grupos e, a partir disso, discutir possíveis propostas em nome de uma melhor conformidade entre a academia e as questões sociais. As entrevistas foram realizadas, sobretudo, a partir de três perguntas:

- a) Existe alguma relação entre a universidade e o movimento social o qual você faz parte? Por exemplo, participação colaborativa em projetos ou debates coletivos.
- b) Como você vê a produção acadêmica sobre os marginalizados?
- c) Como você acha que esse diálogo entre a universidade e sociedade poderia ser fortalecido? Para assim, buscamos um conhecimento emancipatório.

A síntese das respostas de cada pergunta está na seguinte disposição, a primeira é respondida ao longo das notas de rodapé, uma vez que, neste espaço, discorro sobre o ativista social colaborador deste trabalho e o seu respectivo movimento. Já a segunda, aparece tanto na seção 3.2- *Perspectivas dos movimentos sociais*- quanto na seção 4.1- *Dos movimentos sociais*-. Apesar disso, esses argumentos pavimentam toda a escrita deste trabalho, deste modo, os mobilizo ao longo do texto. Por fim, as conclusões da última pergunta são apresentadas no quarto capítulo- *Nem tudo está perdido: a busca por uma academia democrática*- e retomadas no quinto capítulo- *Recomendações*- como possíveis ações para contornarmos a problemática exposta no então trabalho.

Reservo este parágrafo para elucidar o novo rumo que foi se manifestando ao longo da escrita deste trabalho. Minha pergunta de pesquisa estava propriamente definida da seguinte maneira: O que os movimentos sociais esperam da universidade? No entanto, após leituras e o contato com a Teoria da Justiça Social, percebi que a minha pesquisa era mais ampla que os movimentos em si. Deste modo, entendo que o papel da universidade pautado na justiça social transcende ao ativismo político e precisa ser emaranhado pela sociedade como um todo. E, aqui, agradeço à Thainã de Medeiros, pois ele

me alertou sobre algo essencial para repensar a produção do saber: "Não adianta o pesquisador falar apenas com o favelado engajado, tem que conversar com a Dona Maria, Dona Penha, porque eles também são produtores de conhecimento através das suas vivências" (DE MEDEIROS, 2019).

Deste modo, a mudança de recorte deste trabalho - de movimentos sociais para sociedade - advoga com a perspectiva de Justiça Social e pelo desejo de produzir uma universidade decolonial, aquela ouvinte de todas as formas de saber seja dos mais ou menos engajados politicamente na sociedade. Contudo, por uma questão metodológica e porque essas entrevistas, de certa forma, me levaram a este novo caminho, valho-me ainda das falas dessas queridas pessoas integrantes de movimentos sociais para construir o meu argumento, pois as percebo como um ponto concreto nesse mar tão abstrato do que seria a *sociedade*.

Dito isso, usarei os próximos parágrafos para descrever o corpo estruturante deste trabalho. Tendo o então capítulo como o primeiro deste trabalho, o segundo capítulo está dividido em duas temáticas principais: a primeira versa sobre como o conceito de Missão Social foi orientador da institucionalização do papel social da universidade no Brasil, e as problemáticas relacionadas a isso. Posteriormente, o capítulo se dedica a apresentar as ideias postuladas por Paulo Freire (1985) e Boaventura de Santos Sousa (2010), em que os dois autores discorrem sobre deficiências na pedagogia universitária, mas também nos apontam soluções de como tornar a universidade mais democrática e subversiva ao *modus operandi* da dominação estrutural.

Já o terceiro capítulo se entrega a crítica à epistemologia¹ dominante no seio acadêmico, uma vez que compreendo como a forma de produção dos saberes implica em uma interação deficitária entre universidade e sociedade civil. Para fundamentar essa análise, recorro a literatura crítica sobre conhecimento dominante e trabalho com a percepção foucaultiana entre saber e

¹Defined narrowly, epistemology is the study of knowledge and justified belief. As the study of knowledge, epistemology is concerned with the following questions: What are the necessary and sufficient conditions of knowledge? What are its sources? (ZALITA *et al.*, 2018, p. 1)

poder. Ademais, este capítulo também apresenta as perspectivas dos movimentos sociais sobre a universidade e sua produção científica. Posso adiantar que esses grupos questionam a pouca utilidade dos conhecimentos às minorias, ou seja, o não retorno de nossas pesquisas a quem, literalmente, nos ajudou a escrevê-las.

Sobre essa falta de retorno das pesquisas científicas às comunidades, exploro a percepção de que todo o conhecimento é político e pautado de interesses, até porque, as formas de poder necessitam de um conhecimento que os legitime (FOUCAULT, 1999). Alinhado a isso, percebemos o não compromisso do conhecimento vigente em impactar de maneira positiva a realidade das minorias. Esse é o meu maior estímulo em escrever este trabalho, porque vivemos em uma época de uma massificação dos estudos pós-coloniais, subalternos e marginalizados, mas onde está a subversividade nisso? Em que estamos contribuindo, de fato, no combate das necropolíticas² do Estado? Como Mayara Maciel (2019) me alertou, a crítica escrita sem articulação real com uma luta não vale de nada.

Para explorar melhor essa passividade do conhecimento, utilizarei das palavras de Thiago Elnino em *Pedagoginga*: "Nem todo livro, irmão, foi feito pra livrar. Depende da história contada e também de quem vai contar.". Isso significa que, para falarmos aqui de uma educação libertária, não estamos lidando apenas com a difusão do conhecimento, caso contrário, permaneceremos no estilo pedagógico criticado por Paulo Freire (1985). A universidade não deve estender seu conhecimento à sociedade, na verdade, nós devemos construí-lo em conjunto com a mesma. Deste modo, este trabalho é orientado por uma perspectiva decolonial do saber, pois o objetivo é abarcar as múltiplas percepções de mundo, de maneira não hierárquica, na produção universitária.

² O conceito estabelecido por Achille Mbembe compreende a permanência do poder soberano na regência das vidas, visto que dita "quem pode viver e quem deve morrer". Deste modo, Mbembe dá um passo além de Foucault, pois este enquadra a sua análise na realidade europeia e percebe o fim do absolutismo como a ruptura da arbitrariedade do poder soberano. Nesse sentido, o autor trabalha a existência de categorias identitárias destinadas a necropolítica do poder soberano, como por exemplo, a posição do Estado de Israel para com os palestinos. (MBEMBE, 2018).

Assim sendo, compreendo o quanto a estrutura da epistemologia dominante fomenta a falta de funcionalidade dos nossos conhecimentos em espaços subalternos e marginalizados. Diante dessa perspectiva, respaldada essencialmente em uma entrevista realizada com Thainã de Medeiros (2019), questionarei o que de fato seria *pesquisa* e a fabricação de conhecimento, ou seja, argumentarei sobre a existência de diversos outros espaços de saber fora da academia que não se valem do método de pesquisa tradicional, porém são tão produtores de saberes quanto nós.

O quarto capítulo é seccionado em duas partes: as perspectivas oriundas dos movimentos sociais para diminuir a distância entre sociedade civil e universidade e a apresentação de casos internacionais e domésticos sobre uma relação mais cooperativa entre esses dois atores. Baseado nessas concepções, o quinto capítulo é construído por meio de uma série de recomendações desta problemática. Diante disso, interpretei as universidades, os movimentos sociais e as agências governamentais como os públicos alvos principais da temática do presente trabalho. Os dois primeiros grupos aparecem devido a sua centralidade em minha argumentação, já o terceiro - agências governamentais - provém da necessidade na manutenção do Estado como principal fiador das pesquisas acadêmicas do País. Deste modo, recomendo a revisão dos critérios governamentais para alocação dos recursos, e sugiro que novas métricas sejam fabricadas para acessar o impacto social das produções universitárias. Isso, no entanto, será mais elaborado no capítulo descrito acima. No capítulo seis, apresentarei as considerações finais deste trabalho

No que tange ao incentivo em realizar esta pesquisa, parto do pressuposto de não submeter apenas um Trabalho de Conclusão de Curso, pois este texto se definirá como um guia pessoal para a futura acadêmica a qual almejo ser e, também, para meus colegas estudantes e professores. Assim, me coloco entre aqueles desejantes em produzir uma academia ativa e engajada, a qual

se pautará em um compromisso não só em analisar a realidade então construída, mas também a sua transformação a partir de parcerias com outros setores da sociedade civil.

Para isso, este documento será construído a partir de uma linguagem mais simples— em alguns momentos, me permiti até ao coloquial- e explicativa possível, assim como, os conceitos utilizados por mim serão definidos de forma que sua compreensão será acessível para além dos portões da universidade. Ao me referir a quem está lendo este trabalho, utilizarei a palavra "leitor". Peço desculpas, pois não encontrei uma palavra melhor capacitada para abarcar mais identidades de gênero. Ademais, reforço aqui meu compromisso em retornar esta pesquisa aos seguintes movimentos sociais: Coletivo das Mulheres da PUC-Rio, Nuvem Negra, Coletivos de Mães da UFRJ, Coletivo Papo Reto, Redes da Maré, Para Quê e Para Quem são as Pesquisas Acadêmicas Sobre Favelas, Coletivo Rua, Grupo Diversidade Niterói e 2VIS.

Antes de começarmos a nossa discussão, preciso apresentar certas considerações cabíveis a este trabalho. Apesar da crítica explícita a produção de conhecimento dominante, não me coloco em negação da ciência, ao contrário, o que advogo aqui é a reforma do conhecimento tal qual este foi institucionalizado. Essa reestruturação está concentrada em princípios decoloniais, em que há a legitimação de outros conhecimentos não concebidos dentro dos moldes tradicionais científicos. A validação desses saberes incide na própria validação dos grupos associados a estes entendimentos.

Ademais, quando reconhecemos o peso do conhecimento especializado nos moldes acadêmicos na formulação de políticas públicas (MEAGHER & LYALL, 2008), entendemos o porquê de o reconhecimento de saberes extra científicos ser uma condição para obter mudanças estruturais. Além do empoderamento dos grupos marginalizados, essa legitimidade permite que estes conhecimentos tenham espaço na disputa política das ações estatais, ou seja, o que os movimentos sociais participantes deste trabalho e eu colocamos é a necessidade da universidade estar engajada com produção

de conhecimentos subversivos contra as estruturas de poder existentes. Acredito que, no fim, meu argumento foi construído por meio das percepções foucaultianas de poder e política, que serão trabalhadas melhor ao longo do trabalho.

Por fim, este trabalho se entrelaça com as ideias expostas por Virginia Woolf (1963) em *Three Guineas*. Neste livro, a autora trabalha a relação entre a estrutura educacional do ensino superior e manutenção de conflitos. Woolf questiona como uma educação pode ser construída para os jovens desprezarem a guerra se ela é baseada em princípios de competitividade e agressividade entre os estudantes. Além disso, a autora explora a mercantilização do estudo, visto que este é instrumentalizado para acessar o mercado de trabalho. Dito isso, meu trabalho foi baseado nas percepções de Woolf, pois assim como a autora, compreendo o papel da universidade para além da formação de profissionais. Deste modo, advogo por uma universidade capaz de quebrar tradições e reconhecadora dos saberes fora dos padrões acadêmicos, pois acredito que esta seja a condição de possibilidade para construirmos um saber não apenas crítico, mas transformador da realidade.

2. Relação sociedade e academia

2.1 A missão social da universidade: um conceito a ser questionado

A presente seção apresentará como se dá o relacionamento entre universidade e - no sentido mais amplo do termo - sociedade. Deste modo, não será aprofundado aqui o diálogo especificamente entre a academia e movimentos sociais, de modo que esta problemática será mais explorada nos capítulos seguintes, especialmente na seção 3.2 - *Perspectiva dos Movimentos Sociais* - do próximo capítulo. Dito isso, esta parte do trabalho se responsabiliza por apresentar como se dá a interação entre academia e sociedade a partir das funções institucionais da universidade, ou seja, aqui apresentarei uma visão mais geral do contato entre esses dois atores e como isso se articula com a chamada Missão Social da universidade.

Isto posto, é importante termos em mente que a definição de Missão Social não é consensual, ou seja, não existe uma conceitualização única. Todavia, as interpretações convergem ao entender a Missão Social a partir de uma percepção mais ampla das funções universitárias. Essa ideia não diz respeito apenas à formação técnica e qualificada de profissionais, há também uma percepção da responsabilização da universidade para com a sociedade. Diante disso, o mundo acadêmico e a produção do conhecimento científico precisam estar voltados às demandas da comunidade para pensar em um modelo de desenvolvimento de bem estar social. (SILVA, 2015).

Do ponto de vista histórico, a missão social da universidade está relacionada a partir da emergência de perspectivas sobre o quão o ensino e a aprendizagem poderiam ser enriquecidos por meio da socialização de conhecimentos e cultura produzidos nos muros da universidade. Essa percepção está conjugada com a ideia de que aprender está para além das salas de aula, isto é, o conhecimento está no contato com o povo. Com isso, a educação não

é pertencente apenas aos departamentos universitários, ela precisa ser difundida e acessada por outras camadas para além das acadêmicas a fim de contribuir para transformação social. (Ibid)

No que tange a construção da concepção brasileira de Missão Social, esta foi construída por bases de cunho nacionalista, visto que a elaboração científica precisa contribuir para o enriquecimento social e as necessidades da população. No entanto, essas pesquisas deverão ser encadeadas por instituições nacionais a ponto de serem até regionais. "Mais: hão de ser instituições acentuadamente nacionais, e até certo ponto regionais, para refletirem as características do povo que as mantém e para acudir às responsabilidades especiais no meio em que operam (REVISTA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 1984, p. 26)."

Dentro da Missão Social da universidade, o conceito de extensão universitária é mobilizado como uma forma de efetivar a relação entre universidade e comunidade de maneira institucional. Assim sendo, a ação extensionista - conceito não consensual - é uma forma da universidade construir e difundir seus conhecimentos assim como contribuir para promoção da consciência comum da academia e da população. Portanto, a extensão universitária é um ato político em que a ação da universidade é destinada a sociedade, uma percepção do não enclausuramento do saber. (Ibid). Por fim, observamos um esforço do MEC em legitimar a extensão universitária como um dos pilares para promover o encontro entre comunidade e academia.

A Extensão Universitária é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo o influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 1975, p. 116).

Apesar das definições expostas acima sobre a Missão Social da Universidade, este trabalho se distanciará desta perspectiva dada identificação com os propósitos da Justiça Social defendidos por Paulo Freire (1985) e Boaventura de Sousa Santos (2010). A escolha por esta percepção em detrimento da outra acontece, pois, a Missão Social advoga pela integração da

sociedade e universidade especialmente para garantir o desenvolvimento socioeconômico (APPE *et al.*, 2017); enquanto que a justiça social se vale de uma metodologia crítica e dialógica em que, de acordo com os fundamentos freireanos, a educação é uma ferramenta para transformações sociais. De toda forma, essa questão será abordada na próxima seção. (BORGES, 2015).

Além disso, outro ponto é o distanciamento entre a prática e a definição teórica acerca do papel social da universidade mesmo que as definições sobre extensão se apresentem como democráticas e reconheçam a existência de outros conhecimentos para além do produzido dentro dos padrões científicos. (SILVA, 2015). Esta percepção não orienta os projetos comunitários, assim, observamos a hierarquização de saberes por parte da universidade, no qual os entendimentos populares não são considerados tão legítimos quanto os científicos. Por fim, a universidade reproduz uma lógica arcaica de missão civilizatória e paternalista, ou seja, não aproveitamos as potencialidades em se fabricar conhecimento em conjunto. A ação de extensão educacional tornar-se, assim, unilateral. (FREIRE, 1985)

O próprio conceito de extensão é discutível, pois parte de uma premissa de que o conhecimento deva ser estendido, no sentido de levarmos o saber à comunidade. Ao seguir essa lógica, nós seríamos os responsáveis pela difusão da cultura e do conhecimento. Entretanto, essa percepção começa a ser questionada por grandes intelectuais como Paulo Freire (1985), e posteriormente, por Boaventura (2010), de forma que se discute o viés paternalista orientador da extensão universitária. Estes autores advogam por uma compreensão mais democrática do saber, uma vez que estes dissertam sobre a construção do conhecimento por meio de uma relação dialógica com a sociedade, e também reconhecem a existências de múltiplos entendimentos fora do espaço acadêmico.

2.2 A perspectiva de Paulo Freire

A Justiça Social é um modelo de engajamento universitário com a sociedade e possui premissas diferentes da Missão Social. A Justiça Social se baseia na formação de parcerias entre academia e organizações sociais para conjugar táticas de democratização das universidades. Logo, essa perspectiva almeja construir uma universidade capaz de colaborar na produção de empoderamento comunitário e também na prestação de solicitações da sociedade (APPE *et al.*, 2017). Neste sentido, acredito que o imaginário da Justiça Social se aproxima dos argumentos defendidos por este trabalho, desta forma, ao me basear nesses preceitos, direciono a estrutura argumentativa e também as recomendações — ver capítulo 5 — para promover uma universidade dialógica e mais próxima das expectativas apresentadas pelos movimentos sociais.

Esta seção apresenta críticas realizadas por Paulo Freire (1985) e Boaventura de Sousa Santos (2010) sobre a extensão universitária. Esses autores — pertencentes ao campo da Justiça Social — conversam entre si a respeito desta temática e apresentam uma nova metodologia para tornar mais democrático a interlocução entre universidade e sociedade. Ademais, os autores se posicionam contra a produção de conhecimento dominante ao enfatizarem a importância do diálogo e a valorização dos saberes extra científicos. Assim sendo, compreendo a importância da presente seção, pois a proposta desses pensadores se articula com os posicionamentos expressos neste trabalho fundamentado nas vozes dos movimentos sociais participantes desta pesquisa.

Diante disso, Freire (1985) se coloca com um dos principais críticos da metodologia e epistemologia dominante da academia. O autor discorre sobre o fomento da comunicação como inerente ao movimento de valorização de outros conhecimentos no fazer ciência, portanto, o diálogo se mostra fundamental para alcançarmos uma pesquisa não orientada em princípios coloniais. Para isso, precisamos introduzir outros sujeitos pensantes para além do pesquisador tradicional — aquele relacionado a uma instituição acadêmica —, dessa forma, o objeto estudado será responsável por interligar sujeitos

pensantes de diferentes contextos socioculturais. Esse tipo de pesquisa promove a inclusão de entendimentos vistos como marginalizados, e, conseqüentemente, proporciona um conhecimento mais fidedigno sobre uma determinada realidade construída.

A partir do estímulo à comunicação, estamos lidando com um movimento de legitimação dessas outras inteligências e também com como a universidade pode contribuir para emancipação política de diversos grupos. Essa maior liberdade, portanto, só consegue ser alcançada por meio da educação crítica-dialógica, visto que o próprio processo de fazer ciência se torna democratizante quando se suspende a conduta do pesquisador e do universitário como aqueles responsáveis por levar a emancipação e a "verdade" aos povos oprimidos. Deste modo, Freire (1985) entende a educação como um meio para interpretar e transformar um contexto histórico-social em que um sujeito pensante está inserido.

Assim como Paulo Freire (1985), Boaventura (2010) discorre sobre a reformulação das atividades de extensão, porém o autor articula a sua crítica baseada nos conceitos de *pesquisa ação* e *ecologia dos saberes*. Nesse sentido, esses conceitos vão além das atividades de extensão, pois este se insere na própria constituição da universidade no que tange a projetos de pesquisa e formação de profissionais. O movimento defendido pelo autor conversa com o que veremos na seção 3.2- *Perspectiva dos movimentos sociais*- em que precisamos executar, junto às organizações populares, projetos de pesquisas cujas recomendações e soluções encontradas beneficiem sobretudo a população local.

Com isso, Boaventura (2010) defende a promoção de uma *pesquisa-ação* em que há a definição e execução de projetos de pesquisa e extensão com organizações sociais. A percepção exposta aqui está interligada com o reconhecimento da capacidade das organizações comunitárias em definir mais concretamente suas problemáticas. Esta exposição parte da seguinte premissa: o pesquisador, comunidades e movimentos sociais possuem inte-

resses em comum, deste modo, os interesses sociais e científicos são articulados para fabricar uma ciência voltada para satisfação dos anseios locais. Além disso, o autor utiliza o termo *ecologia dos saberes* para conceituar o que advogo neste trabalho, o reconhecimento e a entrada de outros saberes para criação das pesquisas científicas.

Dito isso, podemos observar o quão a universidade pode ser cooperativa ao produzir conhecimento participativo com a sociedade a fim de satisfazer necessidades de grupos que não desfrutam do capital para encontrar soluções técnicas pela via mercantil (BOAVENTURA, 2010). Para isso ser realizável, o funcionamento universitário precisa resistir a tendência da globalização neoliberal, já que esta cria mecanismos financeiros para empreender o máximo de *pesquisas-ação* a serviço do capital. Com isso, defendo a aplicação da *pesquisa-ação* pautada em ambições sociais como orientadora da academia, dessa forma, as produções da universidade poderiam incidir politicamente e, de fato, colaborar em transformações sociais. Isto, portanto, reforça a questão apontada na *Introdução*, porque o financiamento pelas agências governamentais pode ser concebido como uma via para evitar a orientação da ciência apenas para fins de mercado.

Diante disso, Boaventura (2010) se conecta com a percepção exposta pela Justiça Social, visto que o autor ressalta a necessidade de retomar a legitimidade da universidade e, especialmente, a valorização do ensino público superior. Contudo, eu acredito que as concepções de Justiça Social e a prática da *pesquisa-ação* precisam extrapolar instituições públicas e serem também incentivadas em universidades privadas. Deste modo, a Justiça Social diagnostica que a academia precisa ser permeável às demandas sociais, ou seja, a comunicação com a sociedade e a elaboração de soluções em conjunto a determinadas problemáticas é a condição de possibilidade para aumentar o papel social da universidade.

Ademais, Boaventura (2010) nos alerta sobre a condição hostil para pesquisas e atividades de extensão voltadas ao atendimento às demandas so-

ciais sobretudo dos grupos sem poder na cena política. Isto nos induz a observar outros obstáculos para o alcance da educação democrática e engajada na melhoria da qualidade de vida populacional, visto que, desde a década de 90, há uma emergência e fortificação na mercantilização das funções universitárias (Ibid). Conseqüentemente, há a potencialização de investimentos destinados à produção do conhecimento para fins mercadológicos em detrimento de pesquisas e atividades de extensão voltadas para o viés social.

A percepção do ambiente exposto acima é fundamental à nossa análise, porque a orientação das atividades universitárias baseadas em princípios de rentabilidade impede a concretização da extensão universitária dialógica. Sendo assim, a universidade se torna uma prestadora de serviços utilitários a empresas, condição que implica no aumento da marginalização das inquietações de grupos já estruturalmente subalternizados. Dessa forma, essa conscientização precisa estar presente quando formularmos políticas de estratégias em nome de uma cooperação democrática e não hierarquizada entre a universidade e a sociedade. Nas palavras de Boaventura:

Para evitar isso, as actividades de extensão devem ter como objectivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados. (SANTOS, 2010, p. 54).

Em suma, o que este trabalho, os pensadores citados acima e os movimentos sociais participantes estão defendendo é o fim da tendência paternalista da academia para com a sociedade. Em virtude de as ações universitárias se portarem majoritariamente de maneira interventora nas comunidades, essa conduta não respeita as dinâmicas e os saberes locais. É possível dizer que essa postura está relacionada com a arrogância acadêmica, pois acreditamos ser capazes de compreender a realidade como um todo, desta forma, nós analisamos problemáticas sem mesmo conversar com a população local a respeito de suas necessidades. Vivemos então em um paradoxo, pois uma das funções universitárias é atender às demandas sociais (SILVA, 2015), porém não há diálogo honesto com a sociedade para saber quais são as suas

reivindicações. Essa prepotência, portanto, é um dos empecilhos ao alcance da Justiça Social.

Apesar disso, compreendo que as mazelas da extensão universitária e da interação com a sociedade em geral está relacionada com a própria epistemologia dominante. Paulo Freire (1985) e Boaventura (2010) discorrem sobre essa forma de produção do saber. Diante dessas considerações, ao entrevistar ativistas sociais e me apoiar em leituras decoloniais, observei que o problema do diálogo da academia-sociedade é muito mais profundo, pois decorre com a própria forma que a universidade produz conhecimento. Por isso, destino o capítulo 3 — *A forma de saber dominante*— para discorrer sobre os impasses da epistemologia soberana, uma vez que acredito na necessidade de se pensar o impacto epistêmico na problemática levantada por este trabalho.

Já antecipo que essa epistemologia constrói dicotomias sobre o que é considerado saber legítimo e o que não é, e essa percepção está no cerne da falência do diálogo acadêmico. Esse imaginário permeia a forma como produzimos saber — presente até naqueles promotores de teorias mais críticas. A arrogância acadêmica é estrutural, exemplo disso é que nós não somos ensinados a ouvir nossos interlocutores, e, sim, a apontar o que pensamos ser as disfunções da sociedade. Portanto, enquanto não tivermos a valorização de outros saberes, não adianta definirmos extensão aos moldes freireanos, porque, na prática, a interação entre universidade e sociedade sucumbirá ao paternalismo.

3. A produção de conhecimento: Epistemologia

3.1 A forma de saber dominante

Esta seção é construída de forma a criticar a prática do fazer ciência dominante no universo acadêmico. Assim sendo, apresentarei algumas transformações ocorridas no mundo científico, visto que estas desejavam aperfeiçoar a busca dos saberes e, assim, criar uma estrutura de métodos e critérios a fim de padronizar o estudo científico (BRANDÃO, 2011). Isso, no entanto, construiu fronteiras entre o que é considerado conhecimento científico e o que não é, de modo que este segundo passou a ser desvalorizado enquanto saber. Deste modo, esse processo foi, sobretudo, violento ao deslegitimar outros entendimentos acerca da realidade, porque estes não atenderiam aos padrões da acadêmica. Esse movimento, logo, perpetuou ainda mais a distância entre academia e sociedade, assim como a relação entre movimentos sociais e a universidade.

Diante disso, a presente seção apresenta viradas e mudanças na produção de conhecimento dentro da própria instituição acadêmica, de modo que observamos aqui uma maior preocupação em expor perspectivas de grupos minoritários e subalternos. Ainda que este movimento preconize uma aproximação entre academia e movimentos sociais, não podemos afirmar que este processo está completo, ao contrário, observamos a democratização da universidade como um processo repleto de lacunas. (SOCIAIS, 2019). Estas percepções serão mais bem apresentadas na seção 3.2- *Perspectivas dos movimentos sociais*- deste capítulo. Por ora, basta a nós refletir sobre a movimentação dentro da comunidade acadêmica a fim de incluir novas perspectivas para além de atores contemplados por uma visão eurocêntrica e colonial.

Neste sentido, pretendo apresentar aqui o quão a relação entre academia e movimentos sociais é algo para além de programas de extensão e pesquisa, e como a própria forma de realizar pesquisa pavimenta este relaciona-

mento uma vez que a produção de conhecimento está relacionada com relações de poder. Deste modo, a forma como nós construímos e apresentamos uma determinada problemática de certos grupos sociais tem repercussões para além de nossas publicações. O que quero dizer é: a nossa ciência tem a potência de resistir a estruturas de subordinação ao denunciá-las, contudo, essa mesma potência pode ser revertida para manutenção e legitimação dessas violências direcionadas a parcelas sociais específicas. Minha interpretação é semelhante a de Paulo Freire (1985) e Cox (1981), quando eles ressaltam a nossa capacidade de tanto desafiar quanto manter estruturas políticas e sociais.

De maneira breve, o positivismo é uma abordagem pautada na percepção de que a ciência é o único meio de construção de conhecimento verdadeiro. Esta preponderância e valorização do conhecimento científico se refletem na utilização de métodos das ciências naturais para explicar os fenômenos humanos e sociais. Essa metodologia é baseada em inúmeras técnicas, como, por exemplo, o pesquisador é colocado como neutro e objetivo, deste modo, este seria capaz de se posicionar a parte das relações sociais — das quais ele mesmo é pertencente — para analisar e produzir um saber sobre determinada temática da esfera política social. (BRANDÃO, 2011).

Um dos problemas do método científico respaldado no modelo positivista está na invalidação da existência de outros saberes não estruturados por esta epistemologia. Além disso, o discurso estruturante desse pensamento é composto por ideias muito perigosas. E, isso precisa ser atentado, pois na percepção de Augusto Comte — um dos precursores deste ideal — a Revolução Positiva era necessária para resolução de uma "anarquia intelectual" para, assim, alcançar um estágio mais avançado do convívio social. (Ibid). A periculosidade desta argumentação está em seus efeitos materiais, pois ao considerarmos a invalidez dos estudos não científicos, nós retiramos a legitimidade do próprio povo associado a estes conhecimentos. Isso, portanto, repercute no controle e na domesticação desses corpos, apagando, assim, sua liberdade epistêmica.

O conhecimento científico e a sua epistemologia são, portanto, violentos em sua construção. Isso porque nós silenciámos a voz e a capacidade ativa de certos grupos que produzem conhecimentos feitos por meio de critérios extra científicos. Esta epistemologia eurocêntrica pode ser uma forma de invisibilizar contextos sociais e políticos das minorias e também auxiliam na manutenção de lugares de privilégio e domínio na sociedade. Aqui, querido leitor, nós estamos entrando em um papo muito profundo introduzido por Foucault (1999) sobre conhecimento e poder, mas vou amenizar essa teoria por meio de um exemplo apresentado pela galera *Para Quem e Para Que Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas?*

Na seção 3.2 —*Perspectivas dos movimentos sociais*— deste capítulo apresentarei melhor este movimento e suas ideias a respeito da epistemologia dominante. Todavia, para ilustrar o que quero dizer sobre como conhecimentos corroboram formas de poder, uso o argumento exposto por este grupo sobre as pesquisas da UPP e PAC, pois o levantamento de dados em relação às dinâmicas locais, geográficas e relações de poder dentro das favelas pode ser lido como uma ferramenta para a dominação. Neste sentido, este material pode ser um documental para otimizar intervenções militares nestes espaços, e, assim, colonizá-los. (GOULART & CALVET, 2017), ou seja, uma forma de conhecimento pode ser instrumentalizada para subordinar ainda mais certas comunidades e validar os abusos para com elas. Isso, caro leitor, é o conhecimento sendo utilizado como uma ferramenta para manter estruturas de poder, ou seja, é uma das relações entre saber e política.

A maneira positivista de construir conhecimento foi vastamente criticada ao longo dos anos 80 especialmente pelos estudos feministas e pós-coloniais. A perspectiva defendida por essas escolas de pensamento é a necessidade de observar um fenômeno social a partir do lugar ocupado pelo subalterno, ou seja, quem é mais seqüelado por uma adversidade social (Ibid). Neste sentido, essas visões acusam o quão errôneo podem ser pesquisas cons-

truídas por uma epistemologia eurocêntrica e positivista, pois esta pode designar um papel de passividade ao subalterno e ao mesmo tempo contribuem na produção de conhecimento para subalternização das minorias.

Assim sendo, a academia passou por um processo de reenquadramento do papel dos grupos marginalizados no que tange a produção de conhecimento científico. A partir disso, houve uma virada epistemológica, a qual permite uma maior visibilidade às minorias sociais dentro da universidade e houve, também, o procedimento de compreender o quão as estruturas vigentes do capitalismo foram construídas através da violência de gênero e de raça. Deste modo, escolas de pensamento crítico passam a denunciar como a produção de conhecimento tem efeitos materiais no sentido de ajudar ou resistir a determinadas estruturas de privilégio e subordinação (FREIRE, 1985). Apesar disso, o presente trabalho advoga, para além da denúncia da estrutura, a participação das minorias na formulação de pesquisa, precisamos da combinação entre a crítica e a vontade de superar uma problemática. Isso, portanto, é o que defino como impacto social das produções acadêmicas.

Algumas universidades e departamentos seguem uma linha de produção de conhecimento mais inclusiva, ou seja, há uma busca de reaproximação com as demandas sociais e identitárias. Este novo padrão de pesquisa está entrelaçado com a *Teoria Crítica* em que esta observa as problemáticas a partir de um contexto completo e integrado. Deste modo, uma questão precisa ser estudada a partir da interconexão com os processos históricos e estruturantes associadas a ela. Diante disso, Cox (1981) revela que a *Teoria Crítica* não considera os fenômenos sociais, instituições e relações de poder como dadas, ou seja, essas questões passam por um processo de produção e reprodução constante.

A partir disso, a *Teoria Crítica* trouxe a possibilidade de pensar para além das soluções e estruturas existentes, visto que ela apresenta como fenômenos sociais e políticos não são naturais, logo, estes seriam passíveis de mudança. Essa perspectiva epistêmica é empoderadora, pois traz a possibilidade de alegar quais são as violências intrínsecas às estruturas dominantes, e

permite, também, pensar novas formas de organização social capazes de re-posicionar grupos construídos à margem da sociedade. É neste segundo ponto que este trabalho vai se debruçar. Ou seja, a possibilidade de fazermos algo diante da crítica, e para isso, considero essencial esta crítica ser construída com a sociedade (Ibid).

A próxima seção — *Perspectivas dos movimentos sociais* — se repou-sará na questão: O que os movimentos sociais esperam da universidade? Nesse sentido, minha metodologia foi baseada em entrevistas documentadas para aprimorar minha compreensão acerca da temática levantada neste traba-lho. Isto posto, a discussão gira em torno do quão benéficas estão sendo as produções científicas universitárias à sociedade contribuinte. Deste modo, procuro analisar o incômodo dos ativistas sociais diante da enorme quanti-dade de pesquisa produzida sobre grupos subalternizados, porém a perceptí-vel ausência de incidência política destas publicações.

Por fim, agora escrevendo este trabalho, me encontro diante da se-guinte pergunta: Para quem está servindo todas essas percepções críticas? A partir dessa indagação, apresento a todx as perspectivas dos excelentes mo-vementos sociais cujos alguns de seus integrantes tive o prazer de conhecer e aprimorar meus conhecimentos sobre suas filosofias e projetos. Depois de toda essa indagação epistemológica, sinto-me pronta para entrar na parte mais interessante —ao meu ver— deste trabalho.

3.2 Perspectivas dos movimentos sociais

“Não! Abre logo a porra do cofre
 Não tô falando de dinheiro, eu falo de conhecimento
 Eu não quero mais estudar na sua escola
 Que não conta a minha história, na verdade me mata por dentro
 Me alimento da sabedoria de entidades de terreiro
 Sou guerreiro da falange de Ogum, zum zum zum
 Capoeira mata um, mata mil
 Pedagoginga na troca de informação
 Papo de visão, nossa construção
 Passa por saber quem somos e também quem eles são” (ELNIÑO, 2018).

Começo esta seção com o trecho do rap *Pedagoginga* escrito por Thiago Elniño, pois esses versos são capazes de expressar a partir da arte o que questiono ao longo deste capítulo. Assim sendo, vemos aqui a crítica sobre o método da produção dominante do saber em sua forma mais genuína. O rapper reconhece a existência de múltiplos conhecimentos provenientes da sua ancestralidade, os quais não são lecionados — e nem conseguem ser — nos padrões tradicionais escolares. Ademais, no verso "Que não conta a minha história, na verdade me mata por dentro", Elniño aponta a relação entre a produção científica e como esta pode servir para silenciar a cultura e o saber de uma comunidade, e, na sua versão mais extrema, tem a capacidade de legitimar políticas aprovadas por tomadores de decisão que violentam grupos minoritários. No fim, o rapper está nos dizendo a mesma coisa que Foucault (1999), Mbembe (2011) e Berenice Bento (2018)³, porém Elniño se vale da arte para tal.

Em termos da nomeação desta seção, tomei o cuidado de colocar a palavra perspectiva no plural, pois ao conversar com integrantes de movimentos sociais e recolher seus saberes por meio de entrevistas, observei a existência de diversos posicionamentos no que tange a relação ativismo e academia. Dessa forma, não é possível apresentar um consenso sobre o que esses grupos pensam acerca do compromisso social da universidade e também da produção acadêmica em si. A partir disso, apresentarei algumas concordâncias e divergências a respeito desta temática. Meu intuito é enriquecer este debate e buscar medidas em conjunto com a universidade para aprimorar nosso diálogo com a sociedade, e também, caminhar para uma academia democrática.

Dito isso, exploro aqui algo repetido pelos ativistas com os quais tive a oportunidade de conversar. Eles afirmam que boa parte das pessoas em

³ A autora trabalha os conceitos de biopolítica de Foucault (1999) e necropolítica de Mbembe (2017), e, a partir disso, cria um neologismo chamado de necrobiopoder. Em sua leitura, o cuidado a vida só existe, pois antes ocorreu a promoção da morte por meio de ações do Estado. Neste sentido, Bento discorre sobre a existência de categorias identitárias específicas receptoras da biopolítica em detrimento de outras, visto que estas são alvos das necropolíticas do Estado-Nação. (BENTO, 2018).

condição marginalizada, diante das estruturas de poder que incidem sobre ela, tem consciência das hostilidades vividas por ela. (SOCIAIS, 2019). Esta percepção pode ser clara a alguns, no entanto, uma parte significativa da produção acadêmica ainda se apoia em um modelo pedagógico em que a instituição de ensino é aquela responsável por iluminar as mentes e, assim, prover um conhecimento capaz de esclarecer às vidas subalternizadas sobre opressões que assolam essas comunidades (FREIRE, 1985). Esse movimento de desconsiderar a percepção própria dos grupos subalternizados impede a elaboração de projetos realmente comprometidos em produzir mudanças positivas na vida dessas pessoas, visto que observamos um maior peso do interesse acadêmico frente ao público na elaboração de projetos e pesquisas.

O problema dessa arrogância é que desvalorizamos a capacidade de percepção da realidade dos grupos historicamente não pertencentes à vida universitária, uma vez que esta mentalidade dominante compreende a universidade como a responsável por *levar* o conhecimento verdadeiro. Perceba o recorrente uso da palavra "levar" quando se é conceituada a extensão universitária, algo que Paulo Freire (1985) denuncia em *Comunicação ou Extensão?* Dessa forma, estamos lidando com uma academia que se coloca como transmissora de conhecimento e não como uma instituição aberta para produzir saberes em conjunto com outros atores.

Essa preponderância da universidade foi apontada por Inês Di Mare⁴ (2019), integrante do movimento social Redes da Maré⁵. A ativista e professora do projeto Nenhum a Menos compreende que existem muitos assuntos que não são estudados pela academia porque os pesquisadores vão a uma

⁴ Ativista e integrante do movimento Social Redes da Maré, atualmente trabalha com o projeto Nem Um a Menos. Este projeto é construído através da metodologia Pedagogia da Emergência e as artes são utilizadas para educar crianças em situação de violência. O intuito é desbloquear os processos de fala para prover uma socialização não respaldada em agressividade. (DI MARE, 2019).

⁵ "A Redes da Maré é uma instituição da sociedade civil que produz conhecimento, elabora projetos e ações para garantir políticas públicas efetivas que melhorem a vida dos 140 mil moradores das 16 favelas da Maré. A Redes da Maré atua através de cinco eixos considerados estruturantes para melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos da população da Maré." (REDES DA MARÉ, 2019)

determinada área marginalizada já com pressupostos sobre quais seriam as demandas e adversidades deste local.

Entendo, portanto, que essa lacuna entre pesquisador e comunidade se dá devido às crenças internalizadas do primeiro, pois este coloca o conhecimento científico numa posição superior em relação a todos os outros saberes. Deste modo, esse imaginário impede uma percepção das demandas sociais de um determinado público e assim alimenta a produção de pesquisas ligadas à sociedade, porém ausentes em termos de diálogo com a mesma. Isto posto, continuamos produzindo conhecimento, no entanto, tendemos a não incidir politicamente nas áreas e pessoas que nos *serviram* para o próprio fazer da ciência.

Utilizo acima o verbo "servir", devido ao fato de que pude observar um consenso dos ativistas participantes deste trabalho, no sentido de que muitos articuladores dos movimentos sociais se sentem usados por acadêmicos. Isso porque os pesquisadores entram em contato com essas pessoas apenas para buscar fontes de informação sem o comprometimento de retornar esses trabalhos ao público. Dessa forma, muitas vezes o conhecimento produzido se perde em publicações que não serão acessadas pela comunidade local e, pior, há apenas a exposição de um problema e não a possibilidade de reverter isso em uma ação. Di Mare (2019) conclui que a academia não tem incidência política, logo, os próprios grupos marginalizados estão sistematizando o seu próprio conhecimento diante da insuficiência acadêmica. Segundo Inês Di Mare, "quem tem fome, tem pressa e a academia demora muito" (DI MARE, 2019).

Esse compromisso em produzir seu próprio conhecimento, ancorado em metodologias e epistemologias próprias, promove autonomia aos grupos minoritários para pensar sobre sua realidade, apontar suas principais questões e buscar soluções à elas. Para isso, Fransérgio Goulart⁶ (2019) me explicou

⁶ Fransérgio Goulart é um dos fundadores e idealizadores do Projeto Para Quê e Para Quem Servem são as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas? O objetivo de Goulart era questionar a funcionalidade dos estudos universitários sobre a favela, neste sentido, o seu ativismo social está atrelado a

sobre a importância da *Epistemologia Favelada* no estudo sobre favelas, pois o saber não dominante culmina em um empoderamento das vidas desumanizadas e postas à margem do Estado. Além disso, Goulart (2019) nos atenta que essa nova epistemologia não se coloca como superior ou mais capacitada em entender determinadas realidades. Esse posicionamento é basilar à *Epistemologia Favelada*, uma vez que esta pretende romper com as amarras da produção científica, não é desejado manter um sistema de hierarquização de saberes promulgado pela universidade.

Diante disso, os participantes dos movimentos sociais com os quais conversei se expressam contrários à forma como a produção de conhecimento se dá, porque mesmo que certas pesquisas estejam voltadas a uma perspectiva de grupos minoritários, essas não possuem uma linguagem acessível para além da academia. Assim sendo, Ana Cláudia Maral Brito⁷ (2019) define a produção acadêmica como cruel e desumana, pois é um conhecimento não construído coletivamente e atrelado a nichos específicos devido às regras da ABNT e uma intensa erudição da escrita. Para exemplificar sua crítica, Brito (2019) questiona a funcionalidade das palestras LGBTI ocorridas em inúmeras universidades a partir desta pergunta: "Será que as pessoas que realmente precisam dessas palestras, estão nelas?" (BRITO, 2019).

Para fundamentar melhor o que esses ativistas defendem, vou citar novamente uma estrofe de *Pedagogia* escrito pelo genial Elniño:

"Quando todo campo de conhecimento é válido
Só tem que o homem pálido
Nos vende que somente o seu que serve
Levanta-se a voz daquele que se atreve

construção de um saber com uma nova epistemologia e a valorização dos conhecimentos extra científicos.

⁷ Ana Cláudia Amaral Brito é uma jovem ativista do Grupo Diversidade Niterói, um coletivo de acolhimento dos indivíduos auto identificados com a comunidade LGBTI. Ana Cláudia começou a ser integrante após observar a ausência dos estudos de gênero e sexualidade na sua graduação em Segurança Pública na UFF. Diante disso, a ativista começou a alinhar seus interesses de pesquisa com a sua luta pessoal, deste modo, ela contribui para abertura de uma agenda acadêmica pouco explorada em sua universidade. Por fim, Ana Cláudia questiona a atual interlocução entre sociedade e universidade.

A expor seu desconforto mesmo que o sistema não releve
Não é leve não, mano, pesado pique um fardo" (ELNIÑO, 2018).

Em suma, observei uma convergência de pensamentos entre os movimentos sociais participantes deste trabalho em relação à necessidade de reconhecer a existência de outros conhecimentos para além dos saberes universitários. Como aponta o verso "todo campo de conhecimento é válido" (ELNIÑO, 2018), esse processo de reconhecer saberes implica em sua valorização, e, portanto, uma possibilidade de uma nova epistemologia, visto que a produção dominante não é capaz de abordar com propriedade os dilemas da sociedade e organizações sociais, produzindo, assim, um conhecimento com pouca ou nenhuma serventia aos grupos que seriam o alvo de uma pesquisa. Esta característica foi fortemente apontada por Thainã de Medeiros (2019)⁸. O ativista me aponta o desconforto de alguns integrantes do *Coletivo Papo Reto* em conversar com pesquisadores, pois eles não observam utilidade de nossas produções à sua luta.

Neste aspecto, o que estamos discutindo aqui se entrelaça com as percepções suscitadas pelo projeto *Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas?* Este coletivo critica a forma de produzir saber dentro das universidades devido ao fato de esta epistemologia contribuir para a manutenção de estruturas de poder e, assim, garantir a reprodução de certas formas de subalternidade e violências destinadas a grupos considerados abjetos na sociedade.

Diante disso, os movimentos sociais cooperativos a este trabalho também criticam o não reconhecimento de certos grupos como co-pesquisadores na construção do saber, mas apenas como objetos de estudo. Deste modo, a palavra desses grupos é definida não como conhecimento, e sim, depoimento.

⁸ Thainã de Medeiros é um integrante do Coletivo Papo Reto e morador do Complexo do Alemão da favela de Nova Brasília. Estes lutam contra as arbitrariedades das forças policiais, especialmente no que tange a contestação da legitimidade dos autos de resistência por meio de filmagens ocorridas durante as operações da Polícia Militar no Alemão. Thainã também foi um dos co-fundadores do Museu das Remoções. (DE MEDEIROS, 2019)

Podemos dizer que essa postura acadêmica reproduz uma estrutura que se apropria dos recursos das minorias, sobretudo, no âmbito do saber e cultura. (SOCIAIS, 2019). Para isso, o *Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas?* nos alerta como a postura do pesquisador — mesmo que bem intencionado — pode reproduzir mecanismos opressores como, por exemplo, a tendência em tratar a comunidade e grupos marginalizados apenas como informantes e não sujeitos pensantes. (GOULART; CALVET, 2017)

Esse comportamento distancia a universidade e movimentos sociais, já que aquela se coloca como bastião do conhecimento e a responsável por levar a iluminação aos grupos definidos como abjetos socialmente. Essa visão reafirma hierarquias e não colabora com o empoderamento de certas categorias. O que os integrantes do movimento social colaboradores deste trabalho advogam é a mesma ideia defendida por acadêmicos como Paulo Freire (1985) e Boaventura de Sousa Santos (2010) em relação à necessidade de implementar epistemologias e metodologias capazes de valorizar saberes produzidos para além da academia. Como Pedro Paulo dos Santos da Silva⁹ me ensinou, "A teoria crítica sozinha concebida nos moldes acadêmicos tradicionais não adianta, precisamos do reconhecimento de que conhecimento é algo bem amplo, pois o Foucault é respeitado e a gente não" (DA SILVA, 2019).

Ouso apontar um consenso nos discursos proferidos pelos ativistas, pois estes entendem conhecimento emergente associado a uma questão de sobrevivência, ou seja, as pessoas comprometem o seu saber em nome de uma causa. De Medeiros (2019) citou na entrevista uma pesquisa realizada por ele sobre as remoções da Vila Autódromo em que o seu objetivo era compreender o papel da especulação imobiliária nas remoções e também formas

⁹ Pedro Paulo dos Santos da Silva é um acadêmico e ativista do Coletivo Nuvem Negra da PUC Rio e morador do Jacarezinho. Seus interesses de estudo no campo das Relações Internacionais se imbricam com a sua luta pessoal contra o racismo. Pedro me explicou que o Nuvem funciona com um sistema de acolhimento dos alunos negros da PUC Rio, é um espaço de compreensão em que essa minoria não se sinta tão à parte diante da estrutura racista e classista da instituição universitária.

de resistir a essas violências. Para isso, De Medeiros (2019) relembra a participação ativa da Dona Penha e Seu Luís — moradores da Vila Autódromo —, os quais realizavam verdadeiras experiências para descobrir qual era a forma mais efetiva de se resistir às remoções do Estado. Ao final desse relato, Thainã me perguntou: "E você vai me dizer que isso não é pesquisa?" (DE MEDEIROS, 2019).

Em minhas últimas considerações expostas nesta seção, trago a voz de Mithaly Salgado Correa (2019). A ativista reivindica o aparecimento de estudos sobre certas problemáticas dentro da própria estrutura dominante do saber: a ausência de pesquisas científicas relacionadas à maternidade. A militante compreende a força da produção de conhecimento dominante para dar visibilidade a essa questão. Trouxe esse depoimento para demonstrar a existência de múltiplas estratégias dos ativistas em relação à mobilização de suas causas sociais, na qual existe a oscilação de estar mais ou menos próximo da formalidade científica. Por fim, o argumento comum dos movimentos é de como as pesquisas vigentes não conseguem captar seus verdadeiros anseios.

Assim sendo, compreendo que os movimentos sociais entram em consenso no que tange a incapacidade da pesquisa vigente de representá-los. Dentro disso, existem ativistas que reivindicam a construção de uma produção científica dentro das universidades com um viés mais inclusivo e baseado na escuta a fim de abarcar as verdadeiras questões das minorias sociais. Enquanto que outros movimentos, como por exemplo o *Para Que e Para Quem são as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas?*, o *Redes da Maré* e o *Coletivo Papo Reto*, estão mais concentrados na formação da sua própria epistemologia desligada da forma dominante do saber. No entanto, estes movimentos são abertos à universidade no sentido de desorientá-la —trabalharei melhor esse conceito na próxima seção — e estimular a entrada de outras perspectivas dentro desse espaço.

Por fim, esses militantes compreendem como o saber dominante implica na manutenção de suas subalternidades de forma que a existência de

pesquisas não vinculadas com as verdadeiras adversidades de grupos minoritários conjugados a uma mesma ciência - que não reconhece conhecimentos fora das suas amarras pedagógicas - contribui para estabilização de certos grupos em uma posição marginalizada. Dada essa questão, trago aqui as palavras de Boaventura de Santos Sousa:

Começa a ser socialmente perceptível que a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu activamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não-científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento. Ou seja, a injustiça social contém no seu âmago uma injustiça cognitiva. (SOUSA, 2010, p. 56).

Deste modo, estamos pleiteando — me incluo aqui nessa indignação — a produção de conhecimento subversivo e libertário. Agora, como fazer isso? Diante dessa questão colocada, o próximo capítulo nos apresenta recomendações para construir esse conhecimento decolonial a partir das observações feitas pelos ativistas sociais e as experiências cooperativas realizadas por Universidades no Brasil e no internacional.

4. Nem tudo está perdido: a busca por uma academia democrática

4.1 Dos movimentos sociais

Esta seção será uma extensão da *Perspectivas dos movimentos sociais*, contudo, vou construí-la em cima das seguintes perguntas, direcionada aos ativistas em nossos encontros: Como você acha que o diálogo entre academia e sociedade civil pode ser fortalecido para, assim, buscarmos um conhecimento realmente emancipatório? e O que você - como ativista social - espera da academia? Diante dessas interrogações, busquei compreender e sistematizar quais são as principais ideias em voga para diminuir essa lacuna entre universidade e sociedade a partir das percepções dos movimentos sociais. Com isso, compreendo a importância de tal seção, visto que o trabalho se compromete, para além de apontar uma determinada problemática, pensar em possíveis medidas de apaziguamento e solução desta adversidade.

Neste cenário, os ativistas recomendam a descolonização do conhecimento. Esta percepção pode parecer abstrata, pois paira dentro da discussão de epistemologia dominante, no entanto, existe toda uma fundamentação prática para atingirmos esse novo modelo de universidade. Neste aspecto, o pensamento decolonial não é apenas trazer novos autores pertencentes a categorias identitárias marginalizadas, mas também buscar produtores de conhecimento fora do formato original da academia. Para isso, os ativistas enfatizam que a mudança de conteúdo alçada em uma maior inclusão das classes minoritárias não é o suficiente, porque o próprio formato acadêmico faz com que o conhecimento seja aprisionado neste espaço e não estimule a comunicação com a sociedade (SOCIAIS, 2019).

Dentro dessa linha descolonizadora da forma e do conteúdo científico, os ativistas respaldam a necessidade de incorporação das vivências populares na produção acadêmica, porém essa precisa ser feita em versões de co-autoria e co-participação (Ibid), visto que o ponto é dar crédito e compreender as

pessoas como sujeitos pensantes e não como objetos de pesquisa. Isso tem a ver com o conceito de *pluriversidade indisciplinar* apresentado por FransérGIO Goulart (2019). O ponto é desorientar a academia — ao invés de orientá-la a seguir um padrão — por meio da diversidade epistêmica e, assim, romper com o controle dos corpos exercido pelo campus universitário. Essa falta de disciplina corporal abre espaço para a emergência de novos saberes com conteúdos e formatos diferentes do tradicional e, desta maneira, há o estímulo em pensar novas problemáticas e soluções a partir de diferentes óticas.

Goulart (2019) me exemplificou como essa *pluriversidade indisciplinar* se dá na prática ao discorrer sobre a alteração do formato das bancas de pós-graduação para abarcar as chamadas *bancas sociais*. Deste modo, o julgamento de um trabalho é feito por grupos para além do corpo acadêmico. O ativista me contou a existência dessa abertura por parte de algumas universidades, *o Para Que e Para Quem são as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas?* já participou de bancas de mestrado e doutorado, além de *desorientar* certos pós graduandos. FransérGIO teve o cuidado de utilizar esta palavra comigo, pois a Epistemologia Favelada quer co-construir teses fora de um espectro tradicional, ou seja, é a materialização da ruptura almejada por eles.

Para obter uma epistemologia dialógica, a qual abraça essas outras categorias do saber, os ativistas afirmam o quão a linguagem da produção universitária precisa mudar (SOCIAIS, 2019). Esta questão foi previamente articulada na seção anterior, no entanto, também a trago como parte das recomendações diante do peso dessa problemática, uma vez que todos os ativistas relataram esse incômodo. Contudo, pensemos: o que fazer diante de uma academia socialmente construída em cima de uma linguagem erudita e que usa esse tipo de discurso como forma de legitimação? Bianca Martins Ramos (2019) me lembrou muito bem a relação entre escrita e os estudos críticos, pois estes se valem daquela para se validar dentro do campo das Ciências Sociais. Para superar essa importância da formalidade, De Medeiros (2019) recomenda a produção de saber por meio da arte.

Para isso, este disserta sobre a importância das Rodas de Rima para cena cultural favelada e como esse meio artístico é responsável pela troca de conhecimentos. Após uma pesquisa, encontrei na Agência de Notícias das Favelas (2016) o quão esses eventos são importantes para orquestrar lazer e superar barreiras impostas por facções criminosas no Rio de Janeiro. Dessa forma, há a possibilidade de integração entre habitantes de diferentes comunidades do estado. Sendo assim, este é um exemplo de conhecimento distante dos moldes acadêmicos, mas que consegue ter um real impacto nas vidas encontradas em situação de subalternidade. Precisamos pensar no enriquecimento da academia caso nos abrissemos a esse tipo de conhecimento e, mais ainda, o que a universidade como instituição privilegiada pode fazer para salvaguardar esses eventos culturais? ¹⁰

Além disso, a fim de promover essa comunicação, não podemos nos comunicar apenas com ativistas ligado às minorias sociais. Segundo Thainã (2019), a pesquisa dialógica e não colonial precisa ir além do *favelado engajado*, aquele quem percebe a realidade por meio de uma lente teórica embebida de princípios políticos. O conhecimento democrático tem a ver com abrir canais de comunicação com pessoas em condições de subalternidade, porém não necessariamente relacionadas com uma bandeira política. Saberes oriundos da vivência, não necessariamente ligados a conceitos políticos e sociais, são entendimentos capazes de nutrir o processo científico como um todo. Para ele, esse movimento é democratizar a educação.

A proposta de novas formas de produzir conhecimento está espelhada na preocupação em não reproduzir uma estrutura cuja subalternidade é inerente a grupos particulares. Isto posto, Pedro Paulo dos Santos da Silva (2019) entende como estratégico o reconhecimento da existência de pessoas dentro da própria academia dispostas a se abrirem por uma concepção mais

¹⁰ Lembremos que o Baile da Gaiola, realizado na Penha, serviu como um instrumento de resistência favelada perante às restrições do sistema da UPP, contudo o Estado desmobilizou esse evento. (GLOBO, 2019). Esse momento é para nós refletirmos o potencial libertário existente nas próprias comunidades e como isso é capaz de produzir conhecimento. O Baile da Gaiola e a sua musicalidade favelada representava um momento de alívio à comunidade, mas ao mesmo tempo essas pessoas estavam fabricando saberes de como resistir às forças repressoras do Estado em seu território.

ampla do que é conhecimento. No entanto, o ativista e acadêmico alerta sobre como essa relação não pode ser unilateral, pois esses pesquisadores também precisam estar dispostos a quebrar seus próprios privilégios e, de fato, adentrar os espaços subalternizados. Para ele, esse entendimento é fundamental, porque essas pessoas têm capacidade de promover transformações dentro da própria estrutura dominante do saber, e, portanto, produzir conteúdo alinhado a um impacto político e social.

Esse discurso do Pedro Paulo (2019) respalda um posicionamento defendido neste trabalho, pois reconheço como uma relação sólida e significativa entre sociedade e universidade pode implicar em transformações estruturais e conjunturais. Deste modo, é necessário observar o potencial de pessoas comprometidas a transformar o espaço universitário em um ambiente mais plural, logo, esses acadêmicos são portas de entrada à essas novas epistemologias. Em suma, reforço aqui que o objetivo deste trabalho não é a abolição da universidade e da produção científica, mas uma reforma dessas instituições.

O desejo em desestruturar o saber dominante resulta da identificação do peso das produções científicas e do conhecimento técnico na promoção de política pública (MITRE, 2016). Por outro lado, não estou defendendo uma burocracia de expertises, ou seja, não apoio a percepção de que ciência — pelo menos, tal como ela é — precisa ser o princípio orientador da política uma vez que essa concepção impede a democratização do aparato político, pois o fazer científico tradicional — como já foi esmiuçado neste trabalho — não é inclusivo em termos sociais. Deste modo, estamos em um marasmo em que a inexistência de pluralidade no campo de ensino ajuda na estruturação de políticas públicas não interessadas a comunidades marginalizadas. Logo, percebo a parceria entre grupos minoritários e acadêmicos como uma potência, de maneira que se torna possível construir conhecimentos que darão suporte às perspectivas defendidas por estes grupos na disputa da elaboração de políticas públicas.

Em suma, ao analisar as conversas entre mim e os ativistas compreendi que eles entendem a academia como ferramenta de análise de condições políticas, sociais e econômicas. No entanto, para que esse instrumento seja impactante a eles, é necessária a reforma científica para se pensar questões de interesse populacional por meio de um arcabouço constituído com relações entre sociedade e universidade. Ademais, de acordo com Di Mare (2019), a academia pode ser uma garantia de proteção aos movimentos sociais diante da crescente onda conservadora no País. Por fim, os movimentos sociais clamam por autocrítica universitária para que esta não se mantenha comprometida em um projeto de reprodução de estruturas opressoras.

4.2 Das parcerias de cooperação: universidade e sociedade

Apesar da considerável lacuna entre o conhecimento científico e sociedade, já vemos movimentos de abertura provenientes das próprias instituições de ensino em relação a novas perspectivas. Isso dialoga com o que foi dito na seção anterior, pois a existência de um corpo acadêmico progressista pode ser instrumentalizado para transformação pedagógica. Assim sendo, esta seção exemplifica quatro projetos de Cooperação, sendo dois a nível doméstico e dois a nível internacional, entre o locus universitário e a sociedade civil, visto que essas ações foram orientadas para obter um saber mais democrático e provedor de impacto social.

Antes de darmos início a esta seção, apresento algumas considerações a serem feitas. É necessário compreender que as iniciativas de democratização da ciência discorridas abaixo estão em construção, dessa forma, não existe uma categoria única de como promover diálogo entre a academia e a sociedade, pelo contrário, precisamos considerar esses projetos como experimentos em expansão. Diante disso, observamos que algumas iniciativas são mais ou menos centradas no que tange a administração universitária, ou seja, não é possível empreender uma forma única de como será criada essa ponte dialógica entre universidade e comunidade.

Deste modo, é preciso reconhecer as potencialidades e especificidades locais para descobrir qual a melhor maneira de se estabelecer co-pesquisa em uma determinada instituição universitária. No entanto, podemos observar similaridades nos exemplos a seguir, estas são: respeito e reconhecimento pelos saberes não acadêmicos e percepção da potência em produzir conhecimento em conjunto com o público não universitário. Considero, portanto, esses valores como elementares para democratizar a universidade e fomentar nosso engajamento em produzir saber com impacto social.

Diante disso, trago o exemplo da Universidade de Stellenbosch na África do Sul e o seu engajamento social e político para com a sociedade local. A instituição incentiva os seus departamentos a produzirem *engaged research*, isto é, pesquisa engajada. Esta forma de produção do saber é construída por meio de parcerias com os atores sociais interessados em solucionar uma determinada problemática. Para tal, a universidade orienta que as fases do processo de pesquisa sejam co-participativas. Deste modo, podemos dizer que estágios - tais quais formulação da pergunta, produção, avaliação e disseminação do conhecimento - são feitos por meio da cooperação entre sociedade civil e universidade. (STELLENBOSCH, 2017). Assim sendo, é possível observar um esforço por parte da instituição em compreender todos os participantes da pesquisa como sujeitos pensantes, ou seja, há uma tentativa de não hierarquização entre os saberes.

Neste sentido, a universidade almeja produzir conhecimento em conjunto com a população a fim de prover impacto social para esta. Para elucidar melhor este exemplo, este trabalho disserta sobre *Telematic School Project* para compreender o viés da *engaged research* defendida pela Universidade de Stellenbosch. Este projeto possui características interdisciplinares por ser uma plataforma online criada por institutos de tecnologia da universidade a fim de melhorar a aprendizagem dos estudantes das escolas da África do Sul. Concomitantemente, o *Telematic School Project* visa, além das disciplinas tradicionais, estimular o ensino de valores democráticos e perspectivas associadas à equidade de gênero. Para isso, o projeto conta com o conhecimento

dos professores das escolas participantes para compreender quais são as áreas de maior dificuldade dos alunos, pois os conteúdos da plataforma são feitos a partir deste recorte (Ibid).

É possível observar que o *Telematic School Project* é orientado por uma metodologia de pesquisa dialógica, pois há reconhecimento das dificuldades que incidem sobre a vida desses estudantes e professores através da comunicação com esses atores. Essa iniciativa reflete uma tentativa de se afastar de uma arrogância acadêmica, em que a academia acredita ser capaz de designar quais são as questões sociais de uma comunidade sem ouvi-la. É importante ressaltar que o *Telematic School Project* contou com o incentivo financeiro do governo por meio do Western Cape Education Department, reconhecido como doador e financiador principal do projeto (Ibid).

Outra instituição comprometida com um fazer ciência democrático e dialógico é a Queen Mary University do Reino Unido. Neste aspecto, parte do conhecimento produzido pela instituição está comprometido em destinar impacto social às comunidades colaboradoras em seus projetos de pesquisa. Assim sendo, a universidade abraçou a ideia do acadêmico Paul Heritage em amenizar e solucionar problemas sociais urgentes através da arte, diante disso, foi o criado a ONG People's Palace Projects (PPP). Neste processo, a Queen Mary University é uma das principais apoiadoras e fiadoras dos projetos realizados por esta organização. Dito isso, o presente trabalho apresentará o projeto realizado em conjunto com o People's Palace Projects, Queen Mary University e Grupo Cultural AfroReggae (PROJECTS, 2012)

A cooperação entre esses atores produziu o *Favela to the World*. Este projeto possibilitou que as comunidades e audiências do Reino Unido tomassem ciência sobre as experiências e conhecimentos do chamado modo favelado de empreendimento comunitário proveniente, sobretudo, das necessidades humanas não atendidas pelo estado do Rio de Janeiro. Isto posto, *Favela to the World* dissemina os conhecimentos das comunidades cariocas sobre o papel transformador da prática artística, especialmente, aos jovens dentro de

um recorte social e racial alvo das violências das forças de segurança do Estado. Diante disso, o projeto permitiu a transferência do conhecimento favelado à PPP com o intuito de revigorar e reimaginar a forma com a arte impacta nas vidas de jovens do Reino Unido. (Ibid)

Esta parceria permitiu o financiamento das práticas culturais do Grupo AfroReggae, produzindo, assim, impacto nas favelas associadas ao projeto. Além disso, o projeto estimulou apresentações públicas — a nível doméstico e internacional — dos artistas favelados. Ademais, a cooperação se construiu por meio do método dialógico tão defendido por este trabalho. O *Favela to the World* é baseado no reconhecimento de outros conhecimentos para além da esfera eurocêntrica. Além do reconhecimento, há a valoração dos outros modos de saber, visto que uma organização britânica procura compreender e experimentar as práticas da arte transformadora favelada à sua realidade local. Este projeto também contou com o suporte governamental do Reino Unido, pois é pertencente ao National Portfolio Organisation (NPO) of Arts Council England (Ibid)

Conjugado aos casos anteriores, este trabalho traz dois exemplos de universidades nacionais comprometidas em diminuir a distância entre sociedade e academia, além de produzir atividades de pesquisa e extensão impactantes socialmente. O primeiro caso é da Universidade de São Paulo (USP). Esta instituição está voltada a uma abertura com a sociedade civil por meio das suas atividades de extensão. Diante disso, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação da Ciência (GEENF) da USP apresenta um esforço do Departamento de Educação em pensar conhecimento em outros espaços — definidos como não acadêmicos — visto que o grupo reflete acerca do esforço de mobilização e envolvimento de diferentes públicos na produção e divulgação da ciência (MARANDINO, 2013).

Diante disso, reconheço o papel do GEENF, pois a divulgação da ciência é uma condição para observar a importância dessas produções, deste modo, a iniciativa deste grupo implica em impacto positivo à sociedade. Com

isso, o GEENF se compromete com uma pesquisa dialógica e não unidirecional. Assim, as atividades do grupo se orientam na percepção dos indivíduos como elaboradores de significado do mundo, ou seja, há o reconhecimento da sociedade civil como detentora do conhecimento. Este modelo de pesquisa dialógica propõe não apenas a divulgação da ciência por uma linguagem mais acessível ao público, mas a participação deste nas produções acadêmicas. Essa perspectiva dirigiu o projeto Formando Divulgadores da Ciência, em que:

Nessa linha, o projeto Formando Divulgadores da Ciência buscou a participação ativa do público-alvo por meio do envolvimento dos alunos de Ensino Médio na produção do ConectCiência, já que as fotos tiradas por eles durante as visitas aos laboratórios de pesquisa foram usadas no material, além de terem participado na avaliação dos protótipos. (MARANDINO, 2013, p. 10).

Por fim, a outra instituição apresentada por este trabalho é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que tomarei como exemplo as cooperações entre o Instituto de Relações Internacionais (IRI) e Movimentos Sociais. O ponto de ação do IRI está na inclusão de perspectivas marginalizadas em debates variados, deste modo, o instituto percebe a riqueza dos conhecimentos extra-acadêmicos para compreender uma problemática de maneira mais abrangente. Esta postura fica clara quando observamos os parceiros do instituto e sua agenda de pesquisa e eventos. Diante do compromisso de trazer novas vozes ao debate e, assim, conceber, de fato, quais são as demandas do público, o IRI produz diversos minicursos, mesas e palestras pensadas a partir de pessoas não necessariamente conectadas ao mundo acadêmico (IRI, 2019)

Para isso, o instituto se vale da comunicação e parcerias com movimentos sociais participantes deste trabalho como, por exemplo, o *Coletivo Papo Reto* e o *Para Que e Para Quem São As Pesquisas Acadêmicas sobre*

Favelas, além de outros, como o UNIPERIFERIAS¹¹ e a organização Global Grace¹². Estas duas últimas organizações promoveram um curso livre na seguinte temática: "Repensando gênero: arte, política e masculinidades", em que o Instituto de Relações Internacionais foi um colaborador e funcionou como uma ponte entre essas duas organizações. O intuito era repensar masculinidade por meio de perspectivas não tradicionais e críticas à epistemologia dominante pautada em preceitos colonizadores (Ibid)

Compreendo o trabalho do Instituto de Relações Internacionais como constituído, especialmente, para dar voz e espaços a grupos marginalizados na construção do conhecimento, mesmo que o escopo de atuação do instituto seja em articular debates, contestar e reconstruir imaginários. Deste modo, seus trabalhos não necessariamente estão voltados para resolução de problemas específicos, e sim, na desconstrução de imaginários e discursos. A atuação do IRI se mostra fundamental, pois o instituto explora a introdução de epistemologias desconectadas dos requisitos dominantes da epistemologia científica por meio da participação de grupos marginalizados em suas atividades.

¹¹ "A UNIPeriferias é uma universidade internacional, livre e periférica, nascida e instalada fisicamente nas periferias do Rio de Janeiro. Dedicase à formação de sujeitos, produção de conhecimentos e de ações que viabilizem e fortaleçam a democracia e as potências das periferias brasileiras e internacionais" (IRI, 2019)

¹² "A iniciativa Culturas Globais de Equidade de Gênero (GlobalGRACE) é um programa de pesquisa de 51 meses de duração (2018-2021) financiado por Global Challenge Research Fund (GCRF/RCUK). A iniciativa mobiliza intervenções artísticas, curadorias e exposições públicas para pesquisar e possibilitar abordagens de gênero que contribuam para o bem-estar internacionalmente. Liderada por uma equipe de pesquisadoras/es de Goldsmiths, Universidade de Londres, a iniciativa é conduzida por acadêmicas/os e integrantes de Organizações Não Governamentais de Bangladesh, Brasil, México, Filipinas, África do Sul e Reino Unido. No Brasil, o IRI/PUC-Rio é uma das três instituições parceiras do projeto GlobalGRACE." (IRI, 2019)

5. Recomendações

A partir da argumentação elaborada acima, em que observamos o posicionamento dos movimentos sociais e as ações já realizadas pelas instituições de ensino superior para diminuir o distanciamento entre universidade e sociedade, este capítulo apresenta recomendações diante desta temática. As recomendações serão destinadas às universidades, movimentos sociais e agências governamentais, pois considero esses atores como os principais públicos alvos desta problemática. Nesta perspectiva, usarei o marco teórico disponibilizado por Boaventura de Santos Souza (2019) para conceituar o que acredito ser a função política da academia e o papel desta instituição como ferramenta de contestação e inovação das estruturas de poder e autoridade existentes. Em suma, discorro sobre ações políticas em nome do aumento da funcionalidade política e social das produções acadêmicas à sociedade.

Antes de me adentrar nas recomendações em si, reforço aqui a percepção sobre o papel político da academia, isso porque acredito que essas produções precisam estar entrelaçadas com as questões e demandas sociais de uma comunidade. Deste modo, me debruço no conceito de *corrente fria e corrente quente* construído por Boaventura (2019). O autor entende *corrente fria* como a capacidade de um grupo apontar os obstáculos existentes em sua localidade e relações e *corrente quente* é a vontade de ultrapassar esses obstáculos. Nesse sentido, entendo que o comportamento ideal da academia seja uma combinação dessas duas correntes, pois precisamos ter ciência das opressões, violências e questões de uma realidade construída, porém o esforço para transformar essa estrutura precisa ser igualmente mobilizado.

Dessa forma, a busca por uma sociedade mais democrática e justa é estabelecida por meio do conhecimento sobre o funcionamento desigual das estruturas, e, conseqüente, este saber garantirá a legitimidade para uma reivindicação política. Para isso, portanto, precisamos contornar as limitações

dispostas pela epistemologia dominante, por meio da construção de conhecimento em conjunto com a sociedade, no sentido de escutar suas críticas, demandas e alternativas de ação. Alinhando-se a isso, não podemos pensar em uma emancipação de fato de certas categorias sociais reprimidas sem trazer esses saberes à academia, pois esse processo em si colabora para a valorização dessas identidades. Ademais, a cooperação com essas vozes é a condição de possibilidade para a produção universitária alcançar um impacto social.

5.1 Às universidades

Assim sendo, como objetivo geral e de longo prazo, considero que as instituições universitárias devem se comprometer na implementação da pesquisa-ação — conceito previamente discutido neste trabalho —, no entanto, este movimento precisa ser feito em conjunto a ponto da percepção de extensão universitária conseguir, aos poucos, se esvaziar. Deste modo, não haveria necessidade de colocar essa produção para fora da universidade, de modo que as fronteiras entre fora e dentro das instituições superiores seriam de ordem porosa, uma vez que a produção universitária seria imbricada por saberes acadêmicos e por associações sociais em sua concepção.

Portanto, proponho ações específicas a serem tomadas pelas universidades, uma delas é a instalação de *science shops* nos departamentos acadêmicos. Essa iniciativa visa democratizar a ciência por meio da utilização da expertise de alunos e professores das instituições de ensino superior para resolução de problemas de uma comunidade. Os *science shops* são utilizados em países como Holanda e Dinamarca, onde seu funcionamento acontece através da procura de associações de uma determinada comunidade sem capital o suficiente para resolver sua demanda por vias mercadológicas. Isso mostra que os saberes da academia e da sociedade são articulados, paralelamente, em busca de soluções para resolver uma conjuntura. (WACHELDER, 2003)

Deste modo, *os science shops* podem ser convertidos em trabalhos de conclusão de curso de alunos, em que este constrói um projeto em conjunto com indivíduos não associados à academia para mobilizar e amenizar uma questão conjugada por esses dois públicos (Ibid). Ademais, a existência de *bancas sociais* em defesas de mestrado e doutorado também contribui para estabelecer uma relação dialógica não unilateral entre universidade e sociedade, já que essas Bancas seriam responsáveis por averiguar o grau de comprometimento político e social de um determinado trabalho acadêmico (SOCIAIS, 2019). Esse contato, portanto, permite a *banca social* intervir nessas produções e também estimular parcerias para materialização do conhecimento produzido na elaboração de projetos.

Outra possível ação a ser tomada pelas universidades é a revisão do rigor acadêmico, visto que a excessividade de regras de formatação e a obrigação em construir argumentações em cima de uma linguagem erudita afasta a sociedade das produções acadêmicas. Neste sentido, recomendo a flexibilização das produções acadêmicas e a exploração de outras áreas de conhecimento, como, por exemplo, a oralidade, o corpo e a escrita não acadêmica. Nota-se, assim, um processo de humanização das produções científicas como um desafio à epistemologia dominante, a qual compreende conhecimento apenas atrelado à mente e a teorização segundo prescreve a tradição de Descartes (DA SILVA, 2019)

Essa nova forma de construção do saber precisa adentrar tanto os departamentos de ciências sociais quanto os de ciências naturais. Para isso, é necessário o incentivo da administração da universidade, a observação de docentes abertos às perspectivas não acadêmicas e, também, a democratização da universidade. Entretanto, esses docentes precisam, constantemente, ter consciência dos seus privilégios e colocá-los em questão. Pedro Paulo (2019) reforça essa condição, pois até os acadêmicos precisam ser cuidadosos, visto que a sua maior sensibilidade com grupos minoritários pode reproduzir arrogâncias quando esse docente acredita compreender todos os anseios dos marginalizados.

Por fim, compreendo a conjugação dos métodos da Universidade de Stellenbosch (US) e do IRI como um modelo ideal para projetar o compromisso político da universidade para com sua comunidade em razão de que: (i) a US estimula seus departamentos a produzir conteúdos interligados com as maiores necessidades da nação sul africana e da população local de Stellenbosch e (ii) o IRI entende a importância da promoção do debate - em conjunto com não acadêmicos - para divulgar, assim posso dizer, as necropolíticas que acometem categorias identitárias específicas. Em suma, este trabalho almeja tanto a *corrente fria* do IRI quanto a *corrente quente* da US, pois esta combinação permite a instrumentalização da academia em nome das lutas políticas. Compreendo, deste modo, esse movimento como um reforço da *pesquisa-ação* exemplificada por Boaventura de Santos Sousa (2010).

5.2 Aos movimentos sociais

Dada a escolha de movimentos sociais para interpretar sociedade, com o intuito de observá-la de maneira menos abstrata, esta seção apresenta recomendações destinadas a este público, em nome da reforma do diálogo entre universidade e sociedade civil. Assim sendo, é recomendado que os movimentos sociais continuem produzindo conhecimento por meio da oralidade, visto que esta é uma força contra à epistemologia dominante, pois a transmissão de saberes por diferentes formatos se coloca como um método para construção de epistemologias alternativas, e, portanto, reforça o imaginário da existência de outras formas de conhecimento para além da tradição científica (GOULART, 2019).

Apesar de compreender a dificuldade e até mesmo o desânimo em relação à utilidade da instituição universitária em suas lutas, os ativistas precisam se manter abertos à academia, pois há indivíduos e departamentos já comprometidos em repensar a epistemologia dominante. Deste modo, o estímulo à comunicação com os acadêmicos é a circunstância que promoverá

novas formas de produção de saber mais democráticas dentro da universidade. Dito isso, é necessário que os movimentos sociais busquem parcerias tanto com as universidades quanto organizações do terceiro setor, à exemplo, a cooperação estabelecida entre o Grupo Cultural AfroReggae e o People's Pace Projects.

A produção de conhecimento dos movimentos sociais fora do espaço universitário reforça a existência das várias formas de saber. Em suma, a *subversão rebelde* — ideia exposta por Boaventura (2019) — precisa ser a prática dos militantes e ativistas sociais, pois este comportamento remete ao não conformismo. A *subversão rebelde* é a psicologia necessária para a produção acadêmica, pois conta com a mobilização dos sentimentos atrelados aos conhecimentos, com os quais nos identificamos. Diante disso, esta subversão — inerente aos movimentos sociais — precisa ser transportada à academia, uma vez que este comportamento proporciona a *corrente quente*, ou seja, a vontade de superar os obstáculos e adversidades da então estrutura sociopolítica.

5.3 Às agências governamentais

O financiamento majoritário das pesquisas científicas no Brasil é proveniente das agências governamentais como o CAPES e o CNPQ, que se valem de métricas para observar o impacto das produções acadêmicas no País, tendo essa mensuração a função de implicar o arranjo das bolsas de incentivo à pesquisa. Para isso, as agências usam dados indexados pela base Scopus a respeito da quantidade de vezes em que determinada produção acadêmica foi referenciada. (IPEA, 2018)

Este modelo de mensuração, portanto, mantém a tendência de enclausuramento do saber dentro dos muros da universidade, pois o impacto de um trabalho científico é observado apenas na sua repercussão em relação ao mundo acadêmico. A métrica quantitativa mitiga o comprometimento político e democrático da universidade e a afasta de sua comunidade. Esta con-

dição implica no descrédito das produções acadêmicas frente ao público majoritário, porque não há o retorno material dessas publicações à sociedade em forma de impacto social. Isto, portanto, passa a ser mobilizado como argumento para diminuição do investimento em pesquisa por parte de ações governamentais.

Diante desta problemática, proponho o estabelecimento de métricas de impacto social das produções científicas, ou seja, uma forma de mensurar a difusão de publicações para além do público acadêmico. Assim sendo, podemos nos valer da metodologia já desenvolvida por pesquisadores na África do Sul para identificar a contribuição das atividades universitárias em relação a agentes externos. Para isso, os acadêmicos construíram uma unidade de valor capaz de abranger quais seriam essas atividades a fim de não priorizar a relação da universidade apenas com o setor privado. (KRUSS & VISSER & APHANE, 2012). Ao ler as conclusões, defendo a necessidade de encontrarmos uma unidade de mensuração capaz de captar noções de desenvolvimento familiarizadas no Brasil, e proponho, também, que o termo precisa equilibrar as atividades acadêmicas e os papéis sociais das instituições universitárias.

Essa nova observação do impacto busca promover parcerias entre as universidades e associações comunitárias, visto que, para as produções alcançarem certa relevância no âmbito social, estas precisarão estar associadas às demandas de uma determinada comunidade. Assim sendo, podemos nos valer dessas novas métricas para estimular o engajamento político da universidade, dado que estas vão reorientar o financiamento das pesquisas científicas. A fim de construir essas métricas, podemos estimular a cooperação das universidades brasileiras com outras instituições de ensino superior do Sul Global. Isso pode ser fundamentado por meio de um órgão, a BRICS Network University, em razão de esta plataforma já alocar um esforço de colaboração por parte de países integrantes do BRICS em nome da cooperação para pesquisa e desenvolvimento entre suas principais universidades. (BRICS NETWORK UNIVERSITY, 2019)

6. Considerações Finais

Diante de uma percepção abrangente da Justiça Social - a qual não se atém apenas na distribuição de bens, mas versa sobre todos os aspectos institucionais, legais e relacionais de uma sociedade (GEWIRTZ, 2006) -, percebo a potencialidade em agregar a filosofia da Justiça Social aos valores universitários, especialmente, quando observamos a capacidade da academia em reconhecer as opressões e violências estruturais. Este trabalho expôs o poder latente — não utilizado — das universidades para a transformação social. A partir dessa problemática, a qual foi definida como a ausência de impacto político e social das produções acadêmicas, este trabalho apontou os hiatos entre a instituição universidade e a sociedade civil, e apresentou possíveis ações para revertê-los.

Deste modo, compreendo a importância da introdução de uma nova perspectiva do saber em que este se torne mais inclusivo, em que o conhecimento - preconizado pelo conceito de *pesquisa-ação* - seja construído em contato com a comunidade para conseguirmos responder suas demandas. Reitero, assim, a existência de outros saberes para além dos definidos pela epistemologia dominante, visto que o reconhecimento dessas outras ciências é uma condição de possibilidade para nossas produções serem funcionais à sociedade contribuinte. Ademais, segundo Boaventura dos Santos Sousa (2010), a não legitimidade dos saberes de um povo acarreta na desvalorização daquelas identidades em si. Desta forma, reconheço a ampliação das novas ciências para academia como uma colaboração à emancipação desses grupos subalternizados.

Neste aspecto, reafirmo a necessidade de mobilizarmos a *corrente fria* e a *corrente quente* em nome da construção de um saber crítico às estruturas, conhecimento que precisa se engajar com reestruturação dessas instituições. Dito isso, percebo a materialização do meu argumento nos capítulos três e quatro deste trabalho. Deste modo, além de uma mudança epistemológica —

discorrida ao longo do texto — da academia, entendendo as parcerias entre universidade, sociedade e organizações da sociedade civil como um caminho para diminuirmos a distância entre academia e comunidade no que tange a concepção de saberes e projetos que atacam as adversidades da sociedade, e, também, no que tange a formulação de novas métricas de impacto das produções acadêmicas.

Em vista disso, percebo a existência de instituições universitárias em busca de uma maior interação com a sociedade em uma perspectiva de maior abertura a essas outras inteligências. Isto posto, esse movimento é interpretado como a concretude dos ideais de Paulo Freire (1985), ou seja, nós seguimos resistindo à uma tendência da academia em ser paternal e objetificante. Após a escrita deste trabalho, sinto-me encorajada em recolocar a pergunta motor dessa reflexão: O que a sociedade espera de nós? Nesta esfinge, substituo o termo "nós" por academia, visto que o primeiro reforça a existência de fronteiras entre a sociedade e a universidade, sendo uma das maiores reivindicações dos ativistas colaboradores deste trabalho a desarticulação e a abertura do mundo acadêmico aos seus saberes.

Assim sendo, concluo que a sociedade constrói suas expectativas sobre a universidade, no sentido desta produzir conteúdo funcional às suas mazelas, demandas e estar engajada politicamente na transformação social contra injustiças. Com isso, percebo o potencial da academia em se tornar aliada desses segmentos, e, de fato, comprometida com um saber questionador e transformador das estruturas, e não, reforçante das relações de poder. Por conseguinte, agradeço a você, leitor, e peço sua ajuda para encontrarmos novas avenidas para produzirmos saberes libertários e caminharmos para uma *pluriversidade decolonial*.

7. Referências Bibliográficas

APPE, Susan *et al.* The Concept and Context of the Engaged University in the Global South: Lessons from Latin America to Guide a Research Agenda. *Journal Of Higher Education Outreach And Engagement*, Athens, v. 21, n. 2, 2017, p.7-36.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, nº 53, 2018.

BORGES, Valdir. Direitos Humanos, ética, educação e justiça social na era da globalização a partir de Paulo Freire. In: 12 CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015, Curitiba. *Formação de professores, complexidade e trabalho docente*. Curitiba: Pucpr, 2015. p. 5 - 14.

BRANDÃO, Ana Rute Pinto. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. *Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia*, Pouso Alegre, v. 3, n. 6, 2011, p.80-105.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Plano de Trabalho da Extensão Universitária*. Brasília, DF: DAU, 1975.

BRITO, Ana Cláudia. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 12 set. 2019.

CORREA, Mithaly. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 03 set. 2019.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Milennium: Journal of International Studies*, Thousand Oaks, v. 10, n. 2, 1981, p.126-155.

DA SILVA, Pedro Paulo. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 02 set. 2019.

DE MEDEIROS, Thainã. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 29 ago. 2019.

DI MARE, Inês. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 04 set. 2019.

ELNIÑO, Thiago. *Thiago Elniño no Estúdio Showlivre*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/3vJReUNWZqvp4iykdHxHf6?autoplay=true&v=L>. Acesso: 20 ago. 2019

FAVELA, Agência de Notícias da. *À procura da rima perfeita: rodas de rap ocupam favelas*. 2016. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/a-procurada-rima-perfeita-rodas-de-rap-ocupam-favelas/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. A hipótese repressiva. In: FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 21-37.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? In: FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/a, 1985, p. 44-51.

GEWIRTZ, Sharon. Towards a Contextualized Analysis of Social Justice in Education. *Educational Philosophy And Theory*, Oxford, v. 38, n. 1, 2006 p.69-81.

GOULART, Fransérgio & CALVET, Rodrigo. *Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas?: Uma Nova Epistemologia é Possível!*. 2017. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/para-que-e-para-quem-servem-pesquisas-academicas-sobre-favelas-uma-nova-epistemologia-e-possivel/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GOULART, Fransérgio. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 05 set. 2019.

GLOBO, O. *DJ Rennan da Penha, do 'Baile da Gaiola', é considerado foragido pela polícia do RJ*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/02/dj-rennan-da-penha-do-baile-da-gaiola-e-considerado-foragido-pela-policia-do-rj.ghtml>>. Acesso em: 21 set. 2019.

INTERNACIONAIS, Instituto de Relações. *Curso Livre oferecido pela GlobalGRACE: “Repensando gênero: arte, política e masculinidades”*. 2019. Disponível em: <<http://www.iri.puc-rio.br/evento/detalhe/227>>. Acesso em: 05 out. 2019.

IPEA. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Levantamento 2014-2016*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

KRUSS, Glenda &VISSER, Mariette &APHANE, Mogau. A conceptual framework for analysing university interaction with external social partners. In: KRUSS, Glenda. *Academic interaction with social partners: investigating the contribution of universities to economic and social development*. Cape Town: Hsrc Press, 2012. p. 1-12.

MARÉ, Redes da. *Quem somos*. 2019. Disponível em: <<https://redesda-mare.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2019.

PROJECTS, People's Pace. *Favela to the world: Three-year long knowledge transfer project*. Londres: Queen Mary University Of London, 2012. 35 p.

RAMOS, Bianca. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 10 set. 2019.

REVISTA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, Petrópolis, v. 6, n. 12, 1984, p. 26.

MACIEL, Mayara. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 22 ago. 2019.

MARANDINO, M. *Educação, ciência e extensão: a necessária promoção*. Revista de Cultura e Extensão USP, v. 9, p. 89-100, 31 maio 2013 .

_____. *Educação, ciência e extensão: a necessária promoção*. Revista de Cultura e Extensão USP, v. 9, p. 89-100, 31 maio 2013, p. 10.

MEAGHER, Laura & LYALL, Catherine. Flows of knowledge, expertise and influence: a method for assessing policy and practice impacts from social science research. *Research Evaluation*, Oxford, v. 17, n. 3, 2008, p.163-173.

MITRE, Maya. As relações entre ciência e política, especialização e democracia: a trajetória de um debate em aberto. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, 2016, p.279-298.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Que Fazer? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 38-85.

_____. Que Fazer? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 54.

_____. Que Fazer? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 56.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma nova cultura política emancipatória. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 51-83.

_____. Para uma democracia de alta intensidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2019. P. 83-127.

SILVA, José Augusto Medeiros. A missão social da universidade. *Cataventos*, Cruz Alta, v. 7, n. 1, 2015, p.283-296.

SOCIAIS, Ativistas. Entrevista concedida a Caroline Gonçalves Coutinho Gomes. Rio de Janeiro, 2019.

STELLENBOSCH, University Of. *Engaged Research: What is engaged research*. 2017. Disponível em: <<http://www.sun.ac.za/si/en-za/Pages/Submenu.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2019.

UNIVERSITY, Brics Network. *Participant universities*. 2019. Disponível em: <<https://nu-brics.ru/universities/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

WACHELDER, Joseph. Democratizing Science: Various Routes and Visions of Dutch Science Shops. *Science, Technology, And Human Values*, Maastricht, v. 28, n. 2, 2003, p.244-273.

WOOLF, Virginia. *Three Guineas*. Nova York: Mariner Books, 1963. 192 p.
ZALITA, Edward N. *et al.* Epistemology. In: ZALITA, Edward N. *et al.* *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Main Quad: Standford Publishing, 2018. p. 1-1.